

Informação ao/à paciente sobre o tratamento dos dados pessoais

Tratamento de dados sujeito a consentimento

O seu consentimento aplica-se aos consultórios e aos respetivos médicos/as, terapeutas assim como ao pessoal médico (enquanto responsáveis), bem como aos destinatários referidos no Formulário de Consentimento. Caso seja necessário para o tratamento, o consentimento é igualmente considerado como uma dispensa do segredo profissional, em conformidade com o artigo 321º do Código Penal Suíço, se o objetivo médico ou terapêutico o exigir. O seu consentimento é dado para todo o tratamento de dados pessoais, independentemente dos meios e procedimentos utilizados, em particular a aquisição, armazenamento, retenção, utilização, modificação, divulgação, arquivo, eliminação ou destruição de dados.

Responsabilidades

A entidade responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais e, em particular, dos seus dados de saúde é o consultório. Se tiver alguma dúvida sobre a proteção de dados ou se desejar exercer os seus direitos ao abrigo da proteção de dados, queira contactar p.f. diretamente o pessoal do consultório ou o seu médico / a sua médica ou o seu / a sua terapeuta.

Recolha e finalidade do tratamento de dados

O tratamento (recolha, armazenamento, utilização e conservação) dos seus dados baseia-se no contrato do tratamento e nos requisitos legais para o cumprimento da finalidade do tratamento assim como das obrigações relacionadas. Por um lado, os dados são recolhidos pelo/a médico/a tratante no decurso do seu tratamento. Por outro lado, também recebemos dados de outros/as médicos/as e profissionais de saúde com quem esteve ou está a receber tratamento, se tiver dado o seu consentimento para tal. Na sua história clínica, apenas serão processados os dados relacionados com o seu tratamento médico. A história clínica inclui as informações pessoais fornecidas no formulário do paciente, tais como dados pessoais, dados de contacto e dados do seguro, assim como, entre outros, a entrevista informativa realizada no âmbito do tratamento, os dados de saúde recolhidos tais como anamneses, diagnósticos, propostas de terapia e resultados.

Transmissões de dados sujeitas a consentimento

Em princípio, o tratamento de dados ocorre ao abrigo dos fundamentos legais da documentação da história clínica, bem como da obrigação de manter registos e faturação, incluindo a cobrança. Apenas transmitimos os seus dados pessoais e, em particular, os seus dados médicos, a terceiros externos se tal for permitido ou exigido por lei, ou se a transmissão dos seus dados tiver sido consentida por si no âmbito do seu tratamento.

- A transmissão ao seu seguro de doença ou ao seguro de acidentes ou de invalidez tem por objetivo regularizar as prestações que lhe são concedidas. O tipo de dados transmitidos baseia-se em tais casos nos requisitos legais.
- A transferência às autoridades cantonais e nacionais (p. ex. serviço médico cantonal, departamentos de saúde, etc.) ocorre devido a obrigações legais de comunicação ou outros dispositivos legais.
- A transferência para o serviço de cobrança dos dados necessários, relacionados ao paciente e à faturação, tem lugar para efeitos de cobrança (cobrança de dívidas vencidas).

Duração da conservação dos dados

A sua história clínica é, geralmente, conservada durante 20 anos a contar do seu último tratamento. Se solicitado expressamente, a documentação pode ser destruída após decorrido este período, caso contrário pode ser conservada durante mais de 20 anos. Vencido este prazo, será destruída, sob reserva de outros acordos. Em casos individuais, dependendo do seu tratamento e do seu respetivo consentimento, os dados são transmitidos a outros destinatários autorizados (p. ex., laboratórios, outros/as médicos/as e terapeutas).

Revogação do seu consentimento

O corpo médico e terapeutas são obrigados, por lei, a conservar os seus dados e a sua história clínica. Uma eventual revogação do seu consentimento para o tratamento de dados é contrária a este dever legal. O mesmo aplica-se aos processadores de dados, tal como referido acima entre os destinatários. Isto significa que o tratamento de dados pessoais no âmbito de tratamentos e terapias médicas também está previsto na lei (Lei sobre as profissões médicas [MedBG], Lei federal sobre os seguros de saúde [KVG] e as legislações cantonais sobre a área da saúde), pelo que os responsáveis assim como os destinatários, na qualidade de pessoal auxiliar implicado, também estão vinculados à obrigação legal de confidencialidade (art. 62 da Lei federal sobre a proteção de dados [DSG] e art. 321 do Código Penal Suíço [StGB]). O artigo 31.º, alínea e) da DSG aplica-se sem restrições à divulgação de dados anonimizados. Se, no entanto, desejar revogar total ou parcialmente um consentimento já concedido, terá de o fazer por escrito. Se o tratamento de dados não se puder assentar em qualquer outra base jurídica que não o consentimento, o tratamento de dados será suspenso. A legalidade do tratamento de dados efetuado até à revogação não é afetada pela revogação.

Informação, acesso e entrega

Cabe-lhe o direito de obter informações sobre os seus dados pessoais. O seu/A sua prestador/a de serviços determina o modo da entrega. Ele/Ela poderá fornecer um formulário para este efeito. Pode consultar a sua história clínica ou também pedir uma cópia da mesma. A entrega da cópia pode estar sujeita a uma taxa. Os eventuais custos que possam derivar da elaboração da cópia ser-lhe-ão previamente informados.

Direito à transmissão de dados

Cabe-lhe o direito a que os dados que tratamos automática ou digitalmente lhe sejam transmitidos, a si ou a terceiros, num formato usual e legível por máquina. O mesmo aplica-se, nomeadamente, à transmissão de dados clínicos a um profissional de saúde da sua escolha. Se o/a utente solicitar a transmissão direta dos dados para outro responsável, tal só será feito na medida em que seja tecnicamente viável.

Correção dos seus dados

Se constatar ou considerar que os seus dados estão incorretos ou incompletos, terá a possibilidade de solicitar uma correção dos mesmos. Se não for possível determinar a exatidão ou a lacuna dos seus dados, cabe-lhe a possibilidade de apresentar uma nota de contestação.